



COMO ELABORAR O ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E O TERMO DE REFERÊNCIA PARA COMPRAS E SERVIÇOS DE ACORDO COM A NOVA LEI DE LICITAÇÕES – LEI Nº 14.133/2021

Local: Brasília/DF

Data: 29 a 31 de maio

O Curso

O tema planejamento das contratações está em voga mais do que nunca! É fundamental pensar estrategicamente as licitações para obter resultados mais consistentes e eficientes.

O foco no planejamento é uma das importantes diretrizes da Lei nº 14.133/2021. Já foram editados vários normativos com disciplina detalhada para a fase preparatória, providências necessárias e respectivos documentos.

Neste curso, trataremos do planejamento e de seus documentos em uma abordagem aplicada, com um passo a passo do conteúdo e da elaboração do estudo técnico preliminar conforme a IN nº 58/2022, bem como do termo de referência de acordo com a IN nº 81/2022. No decorrer das exposições, vamos apresentar melhores práticas e resolver casos concretos, tudo com especial atenção aos entendimentos do TCU.

Todo programa é fundamentado na Lei nº 14.133/2021, com destaque para as novidades e as alterações dessa norma. Também examinaremos os novos atos normativos já editados com base no novo regime, em especial as INs nº 58/2022, nº 81/2022 e nº 65/2021, o Decreto nº 10.947/2022 e a Portaria nº 8.678/2021, que vinculam a Administração Federal e servem de referência para toda a Administração Pública.

Não existe sucesso e evolução nas contratações públicas sem investimentos no planejamento, o que inclui a clareza em torno da necessidade, a busca pela melhor solução no mercado e a construção dos documentos que instrumentalizam o encargo da contratação de maneira assertiva.

Você vai dominar o planejamento e a elaboração do ETP e do TR de acordo com o novo regime das contratações públicas!

Motivos para participar



Preparar as contratações com mais segurança e eficiência.

Entender as etapas, os documentos e as decisões da fase de planejamento das compras e das contratações de serviços de acordo com a Lei nº 14.133/2021 e os novos normativos editados.

Dominar as melhores práticas para afastar contratações ineficientes e apontamentos dos órgãos de controle quanto à fase de planejamento, em especial o conteúdo dos estudos preliminares e do termo de referência.

Compreender os principais entendimentos do TCU e do Judiciário sobre o tema e que podem orientar a interpretação da nova Lei de Licitações.

Conhecer o conteúdo e as informações que devem estar previstos no Plano de Contratações Anual, no ETP e no TR.

Compreender os pontos de destaque e as novidades da Lei nº 14.133/2021 sobre o planejamento das contratações e os documentos que devem ser produzidos nessa fase, com ênfase para as INs nº 58/2022, nº 81/2022 e nº 65/2021, entre outros normativos sobre o tema.

Aplicar as boas práticas para a inclusão da gestão de riscos nas contratações de compras e serviços.

Quem deve participar



Profissionais das áreas requisitantes



Equipes de planejamento, do dpto. de compras e de licitações



Pregoeiros e equipes de apoio



Agentes de contratação



Membros de comissões de licitação



Assessores, procuradores jurídicos e advogados



Audidores



Controles interno e externo



Agentes públicos envolvidos na fase preparatória/planejamento de compras e serviços

Agenda



Credenciamento

No primeiro dia do evento a partir de 7h30.



Horários

Entrada: 8h30
Almoço: 12h30 às 14h
Término: 18h



Carga Horária

24 horas

Professores**Ricardo Alexandre Sampaio**

Advogado. Consultor na área de licitações e contratos. Foi Diretor Técnico da Consultoria Zênite. Integrante da Equipe de Redação das Soluções Zênite e da Equipe de Consultores Zênite. Coautor da obra *Dispensa e inexigibilidade de licitação: aspectos jurídicos à luz da Lei 14.133/2021*. Colaborador da obra *Lei de licitações e contratos anotada* (6. ed. Zênite, 2005). Autor de diversos artigos jurídicos.

**Rodrigo Vissotto Junkes**

Advogado. Doutorando em Direito pela UBA. Mestre em Gestão de Políticas Públicas pela UNIVALI. Especialista em Direito Administrativo e em Direito Civil. Consultor na área de licitações e contratos. Integrante da Equipe de Consultores Zênite. Participante do Observatório Nacional de Políticas Públicas e de cursos no Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Programa

Dia 29 de maio / Professor: Rodrigo Vissotto Junkes

NOVA LEI DE LICITAÇÕES – CONVIVÊNCIA ENTRE OS REGIMES

- ▶ Data de entrada em vigor da nova Lei, marco a ser considerado para a virada de chave e o período de convivência entre os regimes – Repercussões práticas

FASE PREPARATÓRIA/PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS E SUA IMPORTÂNCIA

- ▶ Governança das contratações – Responsabilidade da alta administração – Novidades da Portaria Seges/ME nº 8.678/2021
- ▶ Importância dos documentos e das providências do planejamento conferida pela nova Lei
- ▶ Planejamento estratégico
- ▶ Plano de Contratações Anual e a Portaria Seges/ME nº 8.678/2021
- ▶ As três fases do processo de contratação pública e a importância de uma visão sistêmica e coordenada dessas fases e do processo de contratação
- ▶ Etapas do planejamento
 - Estudos preliminares
 - Gerenciamento de riscos
 - Termo de referência
- ▶ Modelos de minutas e a possibilidade de adoção das minutas do Executivo Federal por todos os entes federativos
- ▶ Órgãos de administração de materiais e de serviços e os instrumentos para a centralização dos procedimentos
- ▶ Agentes públicos envolvidos no planejamento e as novidades do Decreto nº 11.246/2022
- ▶ A segregação de funções – Regras da nova Lei, polêmicas envolvidas e a reserva do possível
- ▶ Responsabilização por ações e omissões – LINDB e erro grosseiro e a disciplina da Lei nº 14.133/2021

Programa

DOCUMENTOS DO PLANEJAMENTO – FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA, ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E GESTÃO DE RISCOS

Procedimentos iniciais – Formalização da demanda

- ▶ Objetivo
- ▶ Departamento/agentes responsáveis

Estudos técnicos preliminares (ETP) de acordo com a IN nº 58/2022

- ▶ O que é o ETP e qual a sua importância?
- ▶ ETP digital
- ▶ Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)
- ▶ Departamento/agentes responsáveis
- ▶ Identificação e justificativa da necessidade
- ▶ Requisitos técnicos da contratação
 - O que pode ou não ser exigido?
 - Participação fundamental da área técnica/requisitante
- ▶ Levantamento das soluções disponíveis no mercado
- ▶ Práticas de sustentabilidade
- ▶ Descrição da solução como um todo
- ▶ Quantificação do objeto – Agrupamento do objeto em itens ou lotes
- ▶ Alinhamento com o Plano de Contratações Anual
- ▶ Viabilidade da contratação
- ▶ Justificativa da escolha entre compra e locação
- ▶ Elementos mínimos obrigatórios e elementos dispensáveis do ETP
- ▶ Objetos/situações que dispensam a elaboração de ETP
- ▶ Estimativa, pesquisa e levantamento dos preços no mercado

Programa

Dias 30 e 31 de maio / Professor: Ricardo Alexandre Sampaio

DOCUMENTOS DO PLANEJAMENTO – FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA, ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E GESTÃO DE RISCOS (continuação)

Especificidades dos estudos preliminares para terceirização

- ▶ Atividades que podem e que não podem ser terceirizadas – Tratativa do Decreto nº 9.507/2017, da IN nº 05/2017 e da Lei nº 14.133/2021
- ▶ Serviços com e sem dedicação exclusiva de mão de obra
- ▶ Unidades de medida, quantificação dos serviços contínuos e reunião de serviços distintos em uma mesma licitação ou em um mesmo lote

Especificidades para aquisição de bens

- ▶ Aquisição de bens de consumo e de luxo – Disciplina do Decreto nº 10.818/2021
- ▶ Como garantir a qualidade?
- ▶ Prova de qualidade do produto: cumprimento de normas técnicas, certificação, protótipo, amostra, carta de solidariedade, indicação e vedação de marca – Novidades da Lei nº 14.133/2021

Gerenciamento de riscos

- ▶ Planejamento sob a perspectiva da gestão de riscos e a Lei nº 14.133/2021
- ▶ No que consiste o gerenciamento de riscos?
- ▶ Identificação do risco, probabilidade e impacto, definição de ações preventivas e de contingência e definição de responsáveis
- ▶ Mapa de riscos nas compras e nos serviços
- ▶ Matriz de alocação de riscos nas compras e nos serviços
- ▶ Revisão do mapa de riscos e sua utilização como importante mecanismo de gestão contratual

DOCUMENTOS DO PLANEJAMENTO – TERMO DE REFERÊNCIA (TR)

Termo de referência de acordo com a IN nº 81/2022

- ▶ Documentos e providências anteriores – Estudos técnicos preliminares – Gerenciamento de riscos
- ▶ Falta do ETP e os impactos na construção do TR
- ▶ TR digital e seu conteúdo
- ▶ Dispensa de elaboração do TR

Programa

- ▶ Pesquisa e estimativa de preços no TR e os levantamentos realizados no ETP
 - Estimativa, pesquisa e levantamento dos preços no mercado – Procedimento da IN Seges/ME nº 65/2021
 - Fontes de pesquisa
 - Quantas pesquisas (cotações) devem ser realizadas?
 - Prazo do orçamento
 - Definição dos preços estimado e máximo: média, mediana ou menor valor
 - Memoriais de cálculo que devem ser juntados ao processo
 - Discrepância nos orçamentos obtidos – Procedimentos e cautelas
 - Atualização dos preços pesquisados
 - Formalização da pesquisa de preços
 - Pesquisa de preços no ETP e no TR
- ▶ Contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra – Elaboração da planilha de custos e formação de preços
- ▶ Definição de critérios de aceitabilidade do preço
 - Definição dos preços estimado e máximo
 - Definição dos valores máximos unitários e global
 - Preço excessivo e preço inexecutável
- ▶ Divulgação dos valores estimado e máximo no edital – Orçamento sigiloso
- ▶ Regime de execução de bens e serviços
- ▶ Modelo de execução do objeto
 - Definição da dinâmica do contrato
 - Modelo de ordem de execução
- ▶ Modelos de gestão do contrato e o instrumento de medição e pagamento (IMR)
- ▶ Conteúdo das propostas
 - Descrição técnica – O que deve constar na proposta do licitante e a possibilidade de realização de diligências no julgamento
- ▶ Definição do procedimento – Licitação ou contratação direta
- ▶ Definição da modalidade de licitação, do critério de julgamento e dos modos de disputa
- ▶ Cabimento e vantagens do Sistema de Registro de Preços

Programa

- ▶ Definição dos documentos de habilitação
 - Vedações de ordem pessoal
 - Exigências de regularidade jurídica
 - Exigências de regularidades fiscal, social e trabalhista
 - Exigências de capacidade técnica
 - Exigências de capacidade financeira
 - Trabalho do menor
 - Forma de comprovação das condições exigidas
- ▶ Critérios de preferência e aplicação do regime da Lei Complementar nº 123/2006 para microempresa e empresa de pequeno porte
- ▶ Definição de condições específicas para a execução do contrato
 - Definição do prazo de execução, do prazo de vigência e de prorrogação
 - Condições de execução e de pagamento
 - Garantia contratual
 - Revisão, reajuste e repactuação
 - Sanções administrativas
- ▶ Diretrizes específicas para os contratos com dedicação exclusiva de mão de obra
 - Fiscalização administrativa – Acompanhamento do cumprimento dos direitos trabalhistas dos empregados
 - Retenção/glosa de pagamento e pagamento direto aos empregados

Investimento

R\$ 5.450,00 / PARTICIPANTE*



3 almoços e 6 *coffee breaks*

Livro: *Nova Lei de licitações e contratos administrativos – Lei nº 14.133/2021*
(Editora Zênite)

Apostila específica do Seminário

Material de apoio e Certificado*

A ZÊNITE reserva-se o direito de cancelar unilateralmente a realização do curso ou, ainda, reagendar data/horários de realização, comprometendo-se a informar antecipadamente os inscritos, o que não caracterizará infração administrativa ou civil, ficando isenta de qualquer sanção, indenização ou reparação (material e moral).

* O percentual da frequência constará no certificado de acordo com as listas de presença assinadas no Seminário.

Onde será?



Windsor Plaza Brasília

SHS Quadra 5 Bloco H - Asa Sul
Brasília/DF - Tel: (61) 2195-1100

Preços especiais para participantes do evento!



Se você optar pela hospedagem neste Hotel durante o período do evento, pode obter um desconto de 10% sobre o tarifário, desde que a reserva seja efetuada por meio do site windsorhoteis.com/hotel/windsor-plaza-brasilia, informando o seguinte código promocional: ZENITE.

ESTACIONAMENTO

O Hotel tem parceria com estacionamento do edifício Parque Cidade Corporate. Para garantir a taxa do estacionamento com desconto anexar no ticket do estacionamento, um selo com um código de barras, que deve ser retirado junto aos recepcionistas ou mensageiros do Hotel.

Confira a localização do Estacionamento



Pagamento

O pagamento da inscrição deverá ser efetuado em nome de **ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S.A.**, CNPJ 86.781.069/0001-15.

Envio de Nota de Empenho/Ordem de Serviço ou Autorização de Fornecimento, com posterior pagamento em uma das contas bancárias indicadas:

Banco do Brasil | Ag. 3041-4 | Cc: 84229-X



Banco Bradesco | Ag. 5723 | Cc: 0766622-5



Caixa Econômica | Ag. 1525-3 | Cc: 1566-2



Banco Itaú | Ag. 3833 | Cc: 63040-7



Banco Santander | Ag. 3837 | Cc: 130017258



Observação:

Para o mercado privado, outras opções de pagamento estarão disponíveis, como:

Boleto / Transferência bancária / Depósito / Pix

Informação e inscrições:

Whatsapp (41) 99643.4141 / Tel (41) 2109.8666 / evento@zenite.com.br / www.zenite.com.br

Av. Sete de Setembro, 4698 | Batel | Curitiba PR | CEP 80240-000